

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2022**

Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Canguçu/RS, sediada na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, 240, nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 88.861.430/0001-49, neste ato representado por seu Prefeito MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis, emite a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o objetivo de formalizar o Registro de Preços, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2022**, homologado em 07/02/2022 onde a empresa **RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, estabelecida à Rua João Alberto Nº 1342, na cidade de Curitiba/PR, inscrito no **CNPJ sob o nº. 14.164.110/0001-01**, por seu representante legal, Ana Teresinha Brunneti Rignolo, é aqui denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços para contratação de empresa para locação de veículos conforme descrito abaixo.

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Nº Item	Lote	Valor unit.
62686	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, 4 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, NO MÍNIMO 1.0, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE	un	480	1	1	1.695,0000
64804	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO, NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS, 1 PORTA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, NO MÍNIMO 2.0, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA QUILOMETRAGEM LIVRE.	un	72	1	5	15.533,3330
64807	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO PICKUP, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR	un	96	1	7	3.699,3750



	CONDICIONADO, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM DE 5000 KM/MÊS. CARROCERIA: PICKUP VOLUME DE CAÇAMBA: 680 LITROS COMBUSTÍVEL: ETANOL/GASOLINA; POTÊNCIA: MÍNIMA DE 85CV; PORTAS: 3 LUGARES: 4 TRAÇÃO: 4X2 CÂMBIO: MECÂNICO					
64808	KM EXCEDENTE PARA O VEÍCULO, TIPO PICKUP, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM DE 5000 KM/MÊS. CARROCERIA: PICKUP VOLUME DE CAÇAMBA: 680 LITROS COMBUSTÍVEL: ETANOL/GASOLINA; POTÊNCIA: MÍNIMA DE 85CV; PORTAS: 3 LUGARES: 4 TRAÇÃO: 4X2 CÂMBIO: MECÂNICO	Km	12.000	2	7	0,7800

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Canguçu - RS não será obrigado a locar o(s) veículo(s), exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada locação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 02/2022** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EXIGÊNCIA DO VEÍCULO E OBSERVAÇÕES GERAIS

3.1 A empresa deverá obedecer rigorosamente ao constante no anexo IV Termo de Referência.



3.2 A prestação de serviços será condicionada a Prefeitura Municipal de Canguçu, conforme sua necessidade;

3.3 Os transportes serão executados dentro e/ou fora do Município de Canguçu;

3.4 Os transportes serão de pessoas, documentos, pacotes, caixas, entre outros para realização de agendas administrativas e de fiscalização, bem como o cumprimento de outros compromissos das Secretarias usuárias dos veículos;

3.5 A prestação do serviço terá quilometragem livre, **sem estimativas**, visando atender as necessidades da contratante, que distribuirá os veículos de acordo com a demanda dos passageiros a serem atendidos;

3.6 A promitente fornecedora deverá transportar única e exclusivamente os passageiros relacionados na lista fornecida pela Municipalidade;

EXIGÊNCIAS DO VEÍCULO

3.7 Os veículos locados deverão ser substituídos sempre que atingirem 02 anos de uso ou 200.000 mil quilômetros rodados;

3.8 Procedência: preferencialmente nacional e cor branca;

3.9 Quanto à necessidade do(s) veículo(s) a empresa promitente fornecedora será comunicada pela Municipalidade com o mínimo de 24 horas de antecedência para a prestação dos serviços, **possuindo prazo máximo de 48 horas para entregar o veículo;**

3.10 Número de portas: no mínimo de 4 portas para veículos de passeio, 2 para pick up e/ou caminhonete, 3 para Kombi e/ou van;

3.11 Acabamento: com ar-condicionado e direção hidráulica;

3.12 Poderá estar licenciado em qualquer estado brasileiro;

3.13 Equipamentos opcionais: equipamentos normais de produção, salvo exceções justificadas pela administração;

3.14 Combustível: original de fábrica;

3.15 Deverão possuir placa com sinalização de proibido fumar dentro dos mesmos;

3.16 Deverão ser adesivados ou utilizar placas constando: A serviço da Prefeitura. Os desenhos, cores e dimensões exatas obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Prefeitura;

3.17 Deverão estar equipados com pneus em perfeitas condições de uso e de segurança, inclusive pneu estepe. Tais pneus não poderão ser recauchutados, nem ter remendos internos ou externos (recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie). Na troca de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados;

3.18 Deverão ser mantidos durante a execução dos serviços sempre em perfeitas condições de uso e com os equipamentos de proteção necessários para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor;

3.19 Os veículos quando não estiverem em serviço ficarão no pátio da Central de Veículos do Município, localizado na Rua Getúlio Vargas, 1121, Bairro Vila Isabel, Canguçu RS;

OBSERVAÇÕES GERAIS

3.20 Toda a manutenção (preventiva e corretiva), bem como a troca de óleo e reposição de pneus deverá ser executada por conta da promitente fornecedora, cabendo a contratante somente o conserto de pneu;

3.21 Os veículos da empresa promitente fornecedora que irão prestar os serviços deverão possuir Seguro Total do(s) veículo(s) e Seguro Contra Terceiros, onde o veículo deverá ser coberto por apólice de seguro total, abrangendo acidentes, furto, roubo, incêndio, com cobertura extensiva a terceiros, devidamente regularizado e licenciado.

3.22 Os veículos para quaisquer dos lotes deverão ter no máximo 2 anos de fabricação, na data da locação;

3.23 A contratação do serviço ficará a critério da Municipalidade, de acordo com a demanda, respeitando o número máximo previsto para cada lote, mês a mês até o final da vigência do referido registro de preços;

3.24 Cada veículo locado deverá possuir, em funcionamento, rastreador de veículo (ponto exato do veículo, relatório de parada, distância percorrida, percurso percorrido, indicação de velocidade máxima), com acesso da contratante por meio de login e senha.

3.25 O critério de julgamento será menor preço por lote;

3.26 O fornecimento do combustível será por conta da contratante para todos os lotes;

3.27 As multas são de responsabilidade da contratante (pagamento, recurso, contestação, etc);

3.28 Cabe a promitente fornecedora arcar com as despesas de impostos referentes a prestação do serviço, licenciamento IPVA e seguro do veículo;



- 3.29 Todo o veículo locado deverá conter uma cópia da apólice de seguro junto ao documento de licenciamento do veículo;
- 3.30 Sempre que possível será solicitado cópia do documento do(s) veículo(s) a ser(em) locado(s) com antecedência para solicitação do cartão de abastecimento.
- 3.31 **A entrega de veículos deverá ocorrer no Município, com exceção, em cidades que ocorre transporte, tais como: Bagé, Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, São Lourenço, nesses municípios, poderá ser buscado o veículo.**
- 3.32 **Diante da dificuldade enfrentada pelas empresas em adquirir algumas marcas de veículos, diante de justificativa, será aceito veículo de marca diferente, desde que possua todos os requisitos solicitados.**
- 3.33 **O Município não se responsabiliza, por quaisquer danos causados no veículo (batidas, amassados, entre outros), ou danos a terceiros.**
- 3.34 **Poderá ser usado para assinatura de quaisquer documentos, o certificado digital, desde que conferido pelo ICP-Brasil.**
- 3.35 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor do município responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 3.36 Verificada a não conformidade na prestação dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente ou no prazo máximo de 02 horas, de forma que não haja descontinuidade da utilização, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 3.37 A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, ser entregue junto ao setor financeiro da Secretaria da Fazenda, constando nela a data e hora em que os serviços foram prestados, além da identificação de quem acompanhou a execução dos serviços, o número do Pregão, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da promitente fornecedora.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será realizado até o décimo dia útil ao mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.
- 4.2 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
- 4.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 4.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 4.4.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a promitente fornecedora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.
- 4.5 O CNPJ da promitente fornecedora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 4.6 Nenhum pagamento será efetuado a promitente fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.
- c) O fornecimento de combustível será por conta do município.
- d) As multas são de responsabilidade da contratante (pagamento, recurso, contestação, etc). **O município terá prazo de 20 dias, após a notificação para localizar e identificar o servidor responsável.**

5.2 - São obrigações da PROMITENTE FORNECEDORA:

- a) Executar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação e seus anexos;



- b) Todo o veículo locado deverá conter uma cópia da apólice de seguro junto ao documento de licenciamento do veículo
- c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas no presente instrumento contratual, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.
- d) Arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) Enquadrar os veículos e os serviços prestados de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;
- f) Colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua responsabilidade toda e qualquer despesa com conservação e manutenção, suprimentos em geral, lubrificantes, troca de pneus, trocas de óleo, bem como lavagens, limpezas e higienizações do veículo além de outras manutenções necessárias;
- g) Apresentar os veículos nos locais e horários pré-estabelecidos, sendo que a sua dispensa somente ocorrerá com a autorização por escrito do responsável pela Municipalidade;
- h) Arcar com as despesas de impostos referentes à prestação do serviço, licenciamento IPVA e seguro do veículo;
- i) Substituir imediatamente veículo incapacitado por motivos de acidente, legalização, manutenção, roubo/furto, ou por qualquer outro problema que prejudique a segurança na prestação do serviço, por outro veículo reserva de características idênticas, nas mesmas condições estabelecidas no edital, imediatamente, no prazo máximo de 2 horas, de forma que não haja descontinuidade da utilização. Deverá ser apresentada comprovação de que o veículo substituto está com seu plano de manutenção em dia;
- j) Submeter-se à fiscalização da Administração Pública quanto ao serviço prestado, apresentando documentações quando solicitadas.
- k) Cada veículo locado deverá possuir, em funcionamento, rastreador de veículo (ponto exato do veículo, relatório de parada, distância percorrida, percurso percorrido, indicação de velocidade máxima), com acesso da contratante por meio de login e senha.
- l) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1 – As locações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pelo envio da Nota de Empenho à detentora.
- 6.2 - A Promitente Fornecedor do Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.
- 6.3 - Toda locação deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.
- 6.4 - A Promitente Fornecedor, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
 - a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
 - c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
 - f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;



g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.2 As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.

7.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

8.2 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer crédito existente no Município de Canguçu em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

8.3 - Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas.

8.4 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

8.5 - O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição do material, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a Promitente Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a Promitente Fornecedor não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a Promitente Fornecedor não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Promitente Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3 - Pela Promitente Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA LOCAÇÃO

10.1 - A locação dos veículos objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

10.2 - As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, prioritariamente por qualquer órgão da Administração Pública (Direta ou Indireta) Estadual que não tenha participado do certame licitatório na condição de "carona", mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

12.2 Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Canguçu, através de ofício, para que este autorize, indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidas a ordem de classificação.

12.3 Só será autorizada adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação do órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o edital da **Pregão Eletrônico nº 02/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Canguçu, 07 de Fevereiro de 2022.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
PREFEITO MUNICIPAL

RX LOCADORA DE VECULOS LTDA
PROMITENTE FORNECEDORA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1F6F-7494-ED3F-AC9B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANA TERESINHA BRUNETTI RIGOLINO (CPF 034.XXX.XXX-53) em 08/02/2022 16:08:02 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 08/02/2022 18:28:24 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 09/02/2022 09:18:58 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/1F6F-7494-ED3F-AC9B>